

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Plataforma de Diagnóstico de Maturidade BIM (DMBIM)
SIEM-DOC-PPD-001

A **SIEM – SOLUÇÕES INTEGRADAS EM METODOLOGIA BIM LTDA.**, com sede nesta Capital na Alameda Salvador, Nº1057, Edf. Salvador Shopping Business, Torre América, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP. 41.820-790, inscrita no CNPJ sob nº 53.634.518/0001-43 neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Núcleo SIEM**"), respeita o direito à privacidade, intimidade, o direito à proteção de dados pessoais, em estrito cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/18), em razão do que se publica esta Política de Privacidade de Dados, que norteará toda operação de tratamento de dados realizada.

A **Núcleo SIEM**, por meio de tecnologia própria e empresas de tecnologia certificadas, realiza o tratamento de dados pessoais para ofertar o serviço, mediante provocação do usuário, cujo desenvolvimento de cada solicitação se dá através do fornecimento dos serviços disponíveis na plataforma.

A operação de tratamento realizada para o atendimento das solicitações do usuário é realizada em estrito cumprimento à legislação, e pode implicar tratamento de dados pessoais através da coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

A coleta dos dados pessoais dos clientes é feita com base nos documentos e informações fornecidas pelo usuário, que, ao aceitar a presente Política de Privacidade, concorda com o tratamento de dados realizado.

O usuário é exclusivamente responsável pela veracidade, integridade e atualidade das informações inseridas na Plataforma.

A **Núcleo SIEM** não se responsabiliza por resultados decorrentes de dados incompletos, incorretos ou desatualizados fornecidos pelo usuário.

Em atenção ao que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados, a **Núcleo SIEM**, torna pública a identidade do seu encarregado, para envio de eventual comunicação, pedidos de esclarecimentos ou exercício de quaisquer dos direitos previstos nesta Política.

Em caso de eventual requerimento ou pretensão que não esteja positivada no presente instrumento, os Titulares de dados pessoais de outras operações de tratamento realizadas, também poderão entrar em contato com o Encarregado do Tratamento de Dados Pessoais, para requerer maiores informações sobre o possível tratamento, em prestígio à autodeterminação informativa, que parte da premissa de que os dados pessoais pertencem aos seres humanos, chamados de titulares de dados.

1) CONCEITOS LEGAIS

- **Titular:** Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- **Dado Pessoal:** Toda informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável é considerada dado pessoal. Informações como RG, CPF, endereço, contatos de telefone e e-mail se enquadram nesse conceito, bem como aquelas que, quando combinadas, produzem como resultado a identificação de um indivíduo.
- **Dado Pessoal Sensível:** O dado pessoal sensível é aquele que trata sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual; e dado genético ou biométrico.

- **Dado Anonimizado:** Trata-se de informação que perde a possibilidade de vinculação com seu titular, a partir da utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis para impossibilitar a associação entre o dado e o seu proprietário, seja de forma direta ou indireta. Quando anonimizado, o dado não é considerado pessoal pela LGPD, salvo quando o processo de anonimização ao qual foi submetido puder ser revertido.
- **Dado Pseudoanonimizado:** O dado pseudoanonimizado é aquele que passou por processo com o fito de impossibilitar sua associação com o seu titular, sendo mantida pelo controlador separadamente, em ambiente controlado e seguro, a informação que, quando associada ao dado pseudoanonimizado, identificará o indivíduo.
- **Controlador:** responsável por tomar as principais decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e por definir a finalidade deste tratamento. Entre essas decisões, incluem-se as instruções fornecidas a operadores contratados para a realização de um determinado tratamento de dados pessoais.
- **Operador:** É operador, a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, responsável por realizar o tratamento de dados em nome do controlador e conforme a finalidade por este delimitada.
- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** A ANPD é órgão da administração pública, integrante da Presidência da República, por força de previsão do Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020, responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o país, com a prerrogativa de aplicar sanções em caso de descumprimento das disposições da norma.
- **Encarregado:** É a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e outras entidades reguladoras.

2) DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS E SUAS FINALIDADES

- Dados de identificação e comunicação (apresentante, interessado no registro, titular de dados pessoais): Nome completo, e-mail, telefone, celular, endereço, documento de identificação (RG, CPF, CNH, dentre outros). A base legal para o tratamento de tais dados depende do tipo de atividade de tratamento pretendida (privacidade contextual), podendo ser cumprimento de obrigação legal, legítimo interesse, execução de contrato.
- Dados financeiros e de pagamento: São as informações pessoais necessárias para que possamos processar o pagamento dos serviços prestados, incluindo seu CPF, endereço, informações bancárias de cobrança e crédito (e.g. número da agência e da conta corrente), número do cartão de crédito, dentre outros. Os dados financeiros e de pagamento são tratados para o fornecimento de produtos e/ou serviços, manutenção de arquivos, cumprimento de obrigações fiscais. A base legal para o tratamento de tais dados é o cumprimento de obrigação legal, especialmente a legislação fiscal.
- Dados de identificação digital: São informações geradas automaticamente, quais sejam, as características do dispositivo de acesso, as características do navegador, o Protocolo de Internet (IP, data e hora), as telas da Central acessadas, os registros de acesso à Central, os dados de geolocalização, histórico das solicitações realizadas.

Para tal coleta, a **Núcleo SIEM** fará uso de algumas tecnologias padronizadas, como cookies, que são pequenos arquivos de texto que um site, quando visitado, coloca no computador do usuário ou no seu dispositivo móvel, por navegador de internet (*browser*). Todos os navegadores permitem ao utilizador aceitar, recusar ou apagar cookies, em sua aba de configurações. Ao desativar cookies, porém, o usuário pode impedir que alguns serviços da web funcionem corretamente, afetando, parcial ou totalmente, a navegação no website. Os dados técnicos sobre o computador/dispositivo móvel são tratados para identificação de usuários no meio digital e prevenção a fraudes.

3) TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS REALIZADOS E PRINCÍPIOS LEGAIS

De acordo com a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o tratamento consiste em toda operação realizada com dados pessoais, tais como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento,

arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

A coleta dos dados pessoais dos clientes é feita com base nos documentos apresentados, necessários para atender a sua finalidade, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir o contrato celebrado entre as partes, e o tratamento de dados pessoais realizado observa os princípios contidos no art. 7º da LGPD, confira-se:

- **Finalidade:** O tratamento dos dados deve ser realizado para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
- **Adequação:** Deve haver compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto da sua realização.
- **Necessidade:** O titular dos dados tem direito à limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- **Livre Acesso:** Deve ser garantida ao titular a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
- **Qualidade dos Dados:** O titular tem o direito à exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
- **Transparência:** O titular tem direito a informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
- **Segurança:** Os agentes de tratamento devem prezar pela utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
- **Prevenção:** Deve-se prezar pela adoção de medidas para prevenção à ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.
- **Não discriminação:** É vedada a realização de tratamento de dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.
- **Responsabilização e Prestação de Contas:** O agente de tratamento deve demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

O tratamento de dados pessoais realizado pela **Núcleo SIEM** tem por como finalidade específica a execução dos serviços ofertados, em consonância à legislação.

4) DAS BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A Lei Geral de Proteção de Dados autoriza o tratamento de dados pessoais, por meio do seu art. 7º, nas seguintes hipóteses:

- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- Para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, quando necessário;
- Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- Para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente;
- Mediante expresso, livre e inequívoco consentimento do titular;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;

Outras operações de tratamento de dados pessoais poderão ser fundamentadas em uma ou mais hipóteses dentre as elencadas acima e a finalidade de sua realização estará facilmente acessível, de forma clara, ao titular.

Quanto ao tratamento de dados pessoais, realizado com base no legítimo interesse, este poderá ocorrer sem o consentimento do titular para atendimento de finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a: apoio e promoção de atividades do controlador e proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais.

5) DIREITOS DOS TITULARES

O titular dos dados pessoais tem direito a obter, em relação aos seus dados tratados, a qualquer momento e mediante requisição (art. 18, da LGPD):

- I. confirmação da existência de tratamento;
- II. acesso aos dados;
- III. correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV. anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;
- V. portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- VI. eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- VII. informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- VIII. informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

O titular de dados pessoais poderá revogar o consentimento concedido a determinadas operações de tratamento, hipótese que não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado antes da revogação do consentimento. Em determinados casos, a revogação poderá implicar na impossibilidade de prestação de determinados serviços, devendo a empresa indicar quais serviços podem ser descontinuados.

O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados perante a autoridade nacional, em caso de oposição tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto na LGPD.

Os direitos serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído ao agente de tratamento.

Não sendo possível o atendimento imediato, será enviada resposta ao titular em que se poderá:

- a) Comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou
- b) Indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

O requerimento será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

6) DA ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O pedido de exclusão dos dados e interrupção do tratamento será acatado na medida do possível legal. A LGPD impõe que algumas informações permaneçam sempre públicas, disponíveis, arquivadas, de modo que haverá, tão-somente, a exclusão das informações tratadas para algumas das finalidades expressas nesta Política.

Os dados coletados serão excluídos nas seguintes situações:

- Quando a finalidade para a qual a informação foi coletada tenha sido alcançada ou quando o dado deixar de ser necessário ou pertinente para o alcance desta finalidade, desde que autorizado pela legislação aplicável, conforme descrito nesta Política;
- Quando da revogação do consentimento por parte do Titular, nos casos em que este se faça necessário;
- Mediante determinação da autoridade competente para tanto.

7) DO COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

O compartilhamento de dados pessoais com órgãos da Administração Pública deverá atender a uma finalidade específica, seja para a execução de uma política pública, seja para o cumprimento de uma atribuição legal, respeitando os princípios de proteção de dados pessoais, conforme o art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados.

Dados tratados pela **Núcleo SIEM**, portanto, apenas serão compartilhados em cumprimento a obrigações legais e/ou normativas ou, quando forem adotados mecanismos de anonimização, que não permitam a identificação do titular do dado pessoal.

Na execução de sua atividade fim, a **Núcleo SIEM** possui a obrigação de avaliar a existência de suspeição nas operações ou propostas de operações dos usuários e comunicar suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento de terrorismo ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

No que tange às demais atividades de tratamento, a **Núcleo SIEM** apenas compartilhará dados tratados com terceiros os dados pessoais tratados nas seguintes hipóteses:

- Para o cumprimento de obrigação legal e regulatória;
- Com a Administração Pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos;
- Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados;
- Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Para a proteção da sua vida ou da incolumidade física, bem como a de terceiros;
- Para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissional da área ou entidade sanitária;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos da empresa ou de terceiros, exceto nos casos que prevalecem os direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;
- Caso o titular dos dados consinta;
- Para proteção de crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Por fim, os dados pessoais coletados podem ser compartilhados com vista a atender disposições legais e normativas.

8) INCIDENTE DE SEGURANÇA

Em caso de incidente de segurança que envolva vazamento dados pessoais, a ocorrência será comunicada, pelo Encarregado, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e ao respectivo titular, quando o incidente possa acarretar risco ou dano relevante (art. 48 da LGPD).

A comunicação será feita em prazo razoável, conforme definido pela autoridade nacional, e deverá mencionar, no mínimo:

- a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- as informações sobre os titulares envolvidos;
- a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- os riscos relacionados ao incidente;
- os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
- as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Em que pese ainda inexistir regulamentação específica para o incidente, o relatório produzido dentro de uma política de controle de incidentes de segurança atende os requisitos legais e previne responsabilidades.

9) DAS BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Em conformidade com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados, e com as boas práticas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, a **Núcleo SIEM** garante que os dados

dados pessoais coletados são tratados de forma íntegra e segura, de acordo com padrões de segurança da informação, confidencialidade e integridade pelo tempo for necessário para realizar as finalidades para as quais foram coletados ou para cumprir com os requerimentos legais aplicáveis.

Os dados pessoais tratados somente serão acessados por pessoas autorizadas, à luz do que dispõe a legislação vigente, e capacitadas para lhes conferir o tratamento adequado, conforme medidas de segurança adequadas para a proteção contra acesso não autorizado, alteração, divulgação ou destruição de dados pessoais coletados e armazenados.

10) DA METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO BIM

A Plataforma utiliza metodologia estruturada de diagnóstico de maturidade BIM baseada no método desenvolvido por Bilal Succar, reconhecido internacionalmente para avaliação de capacidades organizacionais em Building Information Modeling (BIM).

O método aplicado consiste na análise de dimensões organizacionais, processuais e tecnológicas, com base em respostas fornecidas pelo usuário, que são submetidas a processamento estruturado para geração de indicadores e níveis de maturidade.

O diagnóstico gerado:

- Não substitui consultoria personalizada;
- Não constitui certificação oficial;
- Não representa auditoria independente;
- Não garante desempenho futuro da organização avaliada.

Os resultados apresentados refletem exclusivamente as informações inseridas pelo usuário na Plataforma.

O diagnóstico de maturidade BIM é gerado por meio de processamento automatizado das informações fornecidas pelo usuário, utilizando critérios metodológicos previamente definidos.

O titular poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre os critérios utilizados ou requerer revisão manual do resultado, nos termos do art. 20 da LGPD, quando aplicável.

11) DO USO DE DADOS PARA ESTUDOS SETORIAIS

A **Núcleo SIEM** poderá utilizar dados anonimizados e agregados para:

- Produção de estatísticas setoriais;
- Relatórios comparativos de maturidade BIM;
- Estudos de mercado;
- Aprimoramento da metodologia aplicada.

Em nenhuma hipótese os relatórios públicos permitirão a identificação individualizada de organizações ou profissionais.

12) DA PROPRIEDADE INTELECTUAL DA METODOLOGIA

A metodologia aplicada, os algoritmos de cálculo, a estrutura dos questionários, os critérios de avaliação e os modelos de relatório constituem propriedade intelectual da **Núcleo SIEM** ou de seus licenciadores.

O usuário não adquire qualquer direito de reprodução, distribuição, engenharia reversa ou exploração comercial da metodologia, limitando-se o uso aos fins contratados.

13) DA ATUALIZAÇÃO DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais poderá ser alterada a qualquer tempo caso haja necessidade. Por isso, recomenda-se que seja consultada com regularidade e verificada a data de modificação.

Se após a leitura desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais restar qualquer dúvida ao usuário, ou por qualquer razão precisar se comunicar para assuntos envolvendo os seus dados pessoais, o contato poderá ser realizado por um dos e-mails dos encarregados:

Encarregado Interno (DPO): JOAO VICTOR SANTOS DA SILVA

E-mail: suporte@nucleosiem.com.br